



211

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Corte Especial

**Agravo regimental nº 204058-6/01**

**Agravante:** Irene de Carvalho Rodrigues.

**Agravados:** Exmo. Sr. Des. Presidente do TJPE e outro.

5684

**EMENTA:** ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDORA PÚBLICA DA MAGISTRATURA ESTADUAL. EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA. AFASTAMENTO POR LICENÇA MÉDICA. DESIGNAÇÃO DE OUTRO SERVIDOR. RECEBIMENTO APARENTEMENTE INDEVIDO. VERBA PRÓPRIA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO. RESTITUIÇÃO DE OFÍCIO REGULARMENTE DECLARADA. INTEGRATIVO IMPROVIDO. 1. A gratificação então exercida pela agravante aparenta ser típica de quem está no exercício efetivo da função de Chefe, e no período referenciado a mesma foi substituída na prática por outro servidor devidamente lotado, fato de seu pleno conhecimento afastar a alegação de boa-fé, de modo que não restaria outra alternativa à gestão administrativa do TJPE, senão de ofício regularizar as questões funcionais com a publicação do ato corretivo e retroativo questionado, pois não se visualiza direito adquirido na espécie. 2. O citado ato está baseado na própria lei, no caso o art. 140 da Lei Estadual nº 6.123/68, já que a rubrica orçamentária não poderia ser paga a dois servidores de uma só vez, senão àquele em efetivo exercício na função. 3. Agravo regimental à unanimidade improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de agravo regimental nº 204058-6/01, acima referenciados, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da Corte Especial deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade de votos, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, dos votos e das notas taquigráficas em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P. R. I.

Recife, 17 de maio de 2010

  
Des. Ricardo Paes Barreto – Relator



212

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Corte Especial

**Agravo regimental nº 204058-6/01**

**Agravante:** Irene de Carvalho Rodrigues.

**Agravados:** Exmo. Sr. Des. Presidente do TJPE e outro.

**RELATÓRIO**

Cuida-se de agravo regimental diante de decisão de minha lavra denegatória da liminar requerida nos autos do mandado de segurança apensado, assim lançada em sua parte dispositiva:

"Questiona a Impetrante os descontos levados a efeito pelas autoridades apontadas como coatoras, pois, segundo alega, teria recebido a gratificação referenciada de boa-fé e o procedimento administrativo aplicado à espécie não teria respeitado o contraditório, não haveria fundamentação adequada e, em ordem eventual, sem observar o limite previsto na Lei Estadual nº 6.123/68. Afasto, ao menos neste juízo de cognição prefacial, as arguições de descabimento dos descontos determinados pelos fundamentos da falta de contraditório, de fundamentação adequada e de ilegalidade da retroação, pois a gratificação questionada aparenta ser típica de quem está no exercício efetivo da função de Chefe, e no período referenciado a Impetrante não estava, sendo substituída na prática por outro servidor devidamente lotado, fato de seu pleno conhecimento, de modo que não restaria outra alternativa à gestão administrativa do TJPE, assim ora penso, senão regularizar as questões funcionais com a publicação do ato corretivo e retroativo questionado. O citado ato está baseado na própria lei, no caso o art. 140 da Lei Estadual nº 6.123/68, já que a rubrica orçamentária não poderia ser paga a dois servidores de uma só vez, senão àquele em efetivo exercício na função. Por outro lado, há um pedido em ordem eventual, de limitação dos descontos ao patamar de 10% (dez por cento) da remuneração do servidor, na linha prevista no art. 140 da Lei Estadual nº 6.123/68. O texto desse artigo não é claro, ao especificar que as reposições de verbas salariais indevidamente recebidas por servidores do Estado devem ser feitas em parcelas mensais correspondentes a 10% (dez por cento) da sua remuneração, mas ao menos sob minha ótica, entendo que a melhor interpretação é de que o percentual dos descontos deve ser feito em parcelas mensais e valor até 10% (dez por cento) da remuneração do servidor. No caso, o desconto mensal determinado em 19 (dezenove) parcelas, vem sendo feito no valor de R\$ 385,59 (trezentos e oitenta e cinco reais, cinquenta e nove centavos), enquanto que o salário base da Impetrante, seja para fins de incidência da contribuição previdenciária, seja para fins de incidência do imposto de renda na fonte, é superior a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), fls. 22, de modo que os descontos estão dentro do limite prudencial legal. Sendo assim, à falta de relevante fundamentação, indefiro a pretensão suspensiva requerida. Publique-se e intimem-se, com o subsequente encaminhamento dos autos à douta Procuradoria da Justiça para opinar. Recife, 26 de março de 2010".

Segundo a agravante, esta decisão estaria a merecer retratação, ou submissão revisora ao colegiado competente, pois, segundo alega, ela estaria no gozo de licença médica no período em que ficou afastada do exercício de seu cargo e da citada função gratificada, sob pena de violar o comando do art. 162 da Lei Estadual nº 6.123/68.

Argumenta, ainda, que não houve observância do devido processo legal administrativo, faltando-lhe ampla defesa e contraditório, e que, em ordem eventual, mesmo que não tivesse direito de manter o recebimento da função no período de seu mencionado afastamento, não deveria ser obrigada a restituir o que recebeu de boa-fé a título alimentar.

Por fim, alega que a decisão que deu origem ao ato impugnado estaria carente de fundamentação, a ensejar sua anulação e, por via de consequência, a anulação do ato acoimado de ilegalidade, razões suficientes para que seja acolhida sua tese suspensiva negada originariamente.

213

Autos conclusos.

É o relatório.

### VOTO

Todos os fundamentos trazidos pela agravante nesta peça de integração, não obstante o zelo do seu subscritor, não se aparentam sustentáveis.

A decisão agravada é bastante clara e precisa sobre cada uma das arguições ora renovadas, porém mantenho os termos da decisão denegatória da suspensividade requerida, pelos exatos fundamentos expostos quando da leitura do relatório, negando provimento ao presente integrativo.

É como voto.

Recife, 17 de maio de 2010

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
*Relator*